

Conferências Sociais 2026

“Construir o Reino do Coração de Cristo nas **almas** e nas **sociedades**.”

Pe. Dehon

Terceira Conferência



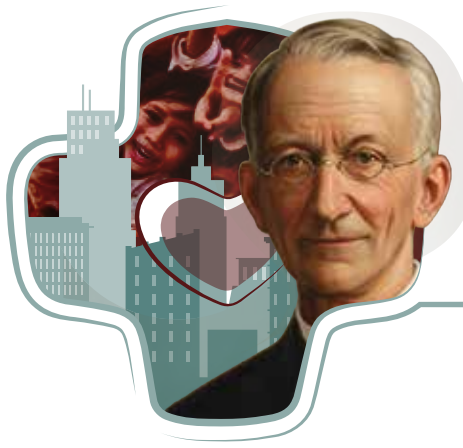
3º Dia 20/05/2026 – **Estruturação de uma obra social no Brasil**
Pe. Joãozinho, scj

Presidente da ADBM - Associação Dehoniana Brasil Meridional

- Como estruturar uma mantenedora;
- Etapas de constituição de um projeto social;
- Certificações e exigências burocráticas;
- Captação de recursos;



adbmmantenedora.org.br



Conferências Sociais 2026

“Construir o Reino do Coração de Cristo nas almas e nas sociedades.”

Pe. Dehon

Como estruturar uma mantenedora educacional e assistencial

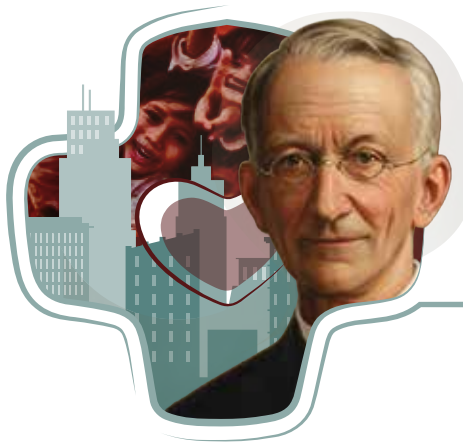
Introdução

Estruturar uma mantenedora educacional e assistencial significa muito mais do que abrir uma instituição ou organizar documentos jurídicos. Trata-se de transformar um ideal de promoção humana em uma presença institucional sólida, capaz de unir espiritualidade, missão pastoral, responsabilidade social e sustentabilidade administrativa. Em um contexto marcado por profundas desigualdades sociais, a Igreja continua sendo chamada a oferecer respostas concretas às necessidades do povo, especialmente nas áreas da educação, assistência social e promoção da dignidade humana.

As obras sociais da Igreja nasceram historicamente da experiência do Evangelho vivido na prática. Hospitais, escolas, orfanatos, casas de acolhida, projetos sociais e centros educativos surgiram da sensibilidade cristã diante do sofrimento humano. Porém, no mundo contemporâneo, a boa vontade já não basta. É necessário profissionalizar a caridade, organizar processos, garantir transparência e estruturar mecanismos de governança que assegurem continuidade à missão.

Uma mantenedora bem-organizada protege o patrimônio institucional, fortalece a credibilidade pública, facilita parcerias e cria condições para que a ação evangelizadora alcance mais pessoas. Ao mesmo tempo, preserva o carisma da Congregação religiosa ou da comunidade eclesial que lhe deu origem, evitando que a obra perca sua identidade pastoral.

Este texto-base apresenta uma visão geral, ao mesmo tempo prática e reflexiva, sobre os principais elementos necessários para estruturar uma mantenedora educacional e assistencial no Brasil. O objetivo não é apenas oferecer informações técnicas, mas ajudar a compreender que toda estrutura jurídica e administrativa deve estar a serviço da missão evangelizadora e da promoção integral da pessoa humana.



Conferências Sociais 2026

“Construir o Reino do Coração de Cristo nas almas e nas sociedades.”

Pe. Dehon

1. VISÃO, MISSÃO E VALORES

A alma da obra social

Toda obra educacional ou assistencial nasce de uma inspiração. Antes de existir um estatuto social, um CNPJ ou um organograma, existe um ideal. Existe uma experiência espiritual e pastoral que motiva pessoas e instituições a colocarem seus dons a serviço da transformação da sociedade.

No caso das obras vinculadas à Igreja Católica, especialmente às Congregações religiosas, a missão social encontra sua origem no próprio Evangelho. Jesus aproximou-se dos pobres, acolheu os marginalizados, ensinou, curou e promoveu a dignidade das pessoas. Por isso, toda obra social cristã é chamada a continuar essa presença misericordiosa de Cristo no mundo.

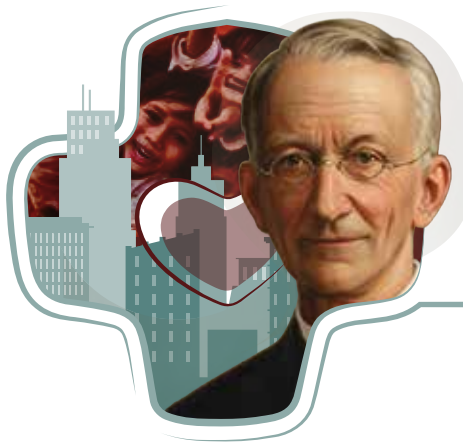
A visão institucional define onde a obra deseja chegar. A missão expressa sua razão de existir. Os valores revelam os princípios éticos e espirituais que orientarão suas decisões.

Uma mantenedora educacional e assistencial precisa responder a perguntas fundamentais:

- Qual problema humano deseja enfrentar?
- Quem são as pessoas atendidas?
- Qual transformação social deseja promover?
- Como o carisma religioso ilumina essa missão?
- Quais valores não podem ser negociados?

No contexto de uma Congregação religiosa, a missão institucional deve estar profundamente ligada ao carisma fundacional. No caso da tradição dehoniana, por exemplo, a promoção humana, a justiça social, a educação integral e a construção da “civilização do amor” fazem parte da identidade pastoral.

Sem clareza de missão, a instituição corre o risco de transformar-se apenas em uma estrutura burocrática. Por outro lado, quando a missão está bem definida, toda a organização ganha coerência, sentido e unidade.



Conferências Sociais 2026

“Construir o Reino do Coração de Cristo nas almas e nas sociedades.”

Pe. Dehon

2. A DOUTRINA SOCIAL DA IGREJA COMO FUNDAMENTO

A ação social da Igreja não nasce apenas da filantropia ou da solidariedade humana. Ela possui uma fundamentação teológica, ética e pastoral profundamente desenvolvida na Doutrina Social da Igreja.

A partir da Encíclica Rerum Novarum do Papa Leão XIII, publicada em 1891, a Igreja passou a refletir de maneira sistemática sobre as questões sociais, econômicas e políticas. Desde então, inúmeros documentos reforçaram a responsabilidade cristã diante da pobreza, das desigualdades e da exclusão social.

O Compêndio da Doutrina Social da Igreja apresenta princípios fundamentais que iluminam a atuação das obras sociais católicas:

a) Dignidade da pessoa humana

Toda pessoa possui valor inalienável, independentemente de sua condição econômica, social, cultural ou religiosa.

b) Bem comum

As instituições devem trabalhar para construir condições sociais que permitam a todos alcançar uma vida digna.

c) Solidariedade

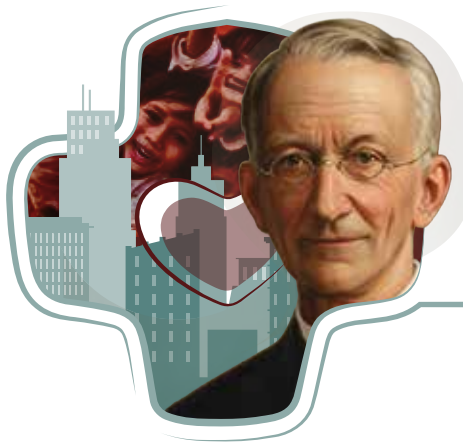
A sociedade é chamada a superar o individualismo e promover relações de cuidado mútuo.

d) Subsidiariedade

As estruturas maiores devem apoiar as menores sem sufocar sua autonomia e protagonismo.

Uma obra social católica não existe apenas para oferecer serviços. Ela é chamada a promover integralmente a pessoa humana, fortalecendo cidadania, espiritualidade, convivência comunitária e esperança.

Por isso, a mantenedora precisa unir competência técnica e sensibilidade pastoral. Gestão e evangelização não se opõem; ao contrário, complementam-se.



Conferências Sociais 2026

“Construir o Reino do Coração de Cristo nas almas e nas sociedades.”

Pe. Dehon

3. OBJETIVOS GERAIS E ESTRUTURA SOCIETÁRIA

Governança e organização institucional

A mantenedora é a entidade jurídica responsável pela administração e sustentação das obras educacionais e assistenciais. Ela garante unidade institucional, governança e continuidade da missão.

A estrutura societária deve ser definida com clareza no Estatuto Social. Este documento funciona como a “constituição” da entidade, estabelecendo:

- finalidade institucional;
- forma de administração;
- competências dos órgãos de governança;
- critérios de prestação de contas;
- responsabilidades legais;
- mecanismos de controle e fiscalização.

Os principais órgãos geralmente presentes em uma mantenedora são:

Assembleia Geral

É o órgão soberano da instituição. Aprova contas, elege dirigentes e delibera sobre assuntos estratégicos.

Diretoria Executiva

Responsável pela administração cotidiana da instituição. Normalmente composta por presidente, secretário e tesoureiro.

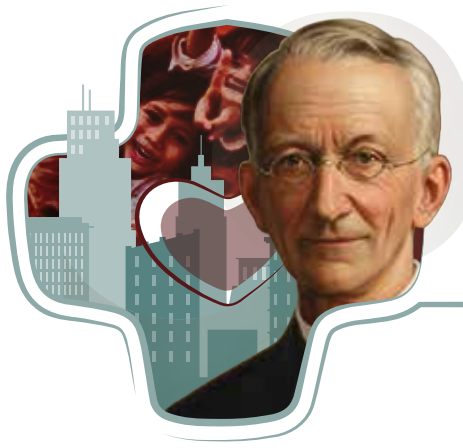
Conselho Fiscal

Fiscaliza as contas, acompanha relatórios financeiros e contribui para a transparência institucional.

Conselhos consultivos ou gestores

Podem auxiliar na área educacional, pastoral, social ou administrativa.

Uma boa governança evita centralizações excessivas, protege a instituição e fortalece a



Conferências Sociais 2026

“Construir o Reino do Coração de Cristo nas almas e nas sociedades.”

Pe. Dehon

confiança da sociedade. Em tempos de maior exigência de transparência, as mantenedoras precisam investir em mecanismos de controle, auditoria e compliance.

A continuidade institucional é outro elemento importante. Obras sociais não podem depender apenas do carisma pessoal de seus fundadores. Precisam criar estruturas capazes de atravessar gerações.

4. ETAPAS DE CONSTITUIÇÃO DE UM PROJETO SOCIAL

A constituição de uma obra educacional ou assistencial exige planejamento cuidadoso. Muitas iniciativas fracassam porque começam sem estrutura mínima ou sem avaliação adequada de viabilidade. A experiência demonstra quatro grandes fases na estruturação institucional:

1. Concepção

É o momento de discernimento da missão. Nesta etapa são definidos:

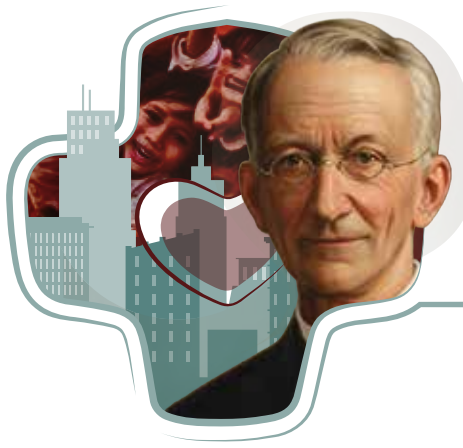
- objetivos institucionais;
- público-alvo;
- necessidades do território;
- viabilidade pastoral e financeira;
- identidade institucional.

Toda obra precisa nascer de uma leitura concreta da realidade social.

2. Registro institucional

Nesta fase ocorre a formalização jurídica da entidade. São elaborados:

- Estatuto Social;
- Ata de Fundação;
- eleição da diretoria;
- registros em cartório.



Conferências Sociais 2026

“Construir o Reino do Coração de Cristo nas almas e nas sociedades.”

Pe. Dehon

- O registro garante existência legal à instituição.

3. Estrutura operacional

Após o registro, a entidade precisa obter:

- CNPJ;
- alvarás municipais;
- licenças sanitárias;
- AVCB do Corpo de Bombeiros;
- regularização trabalhista e tributária.
- Sem essas etapas, a instituição fica vulnerável juridicamente.

4. Qualificação institucional

A etapa seguinte envolve inscrições e certificações nos órgãos públicos competentes.

Entre elas:

- Conselho Municipal de Assistência Social;
- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- Cadastro Estadual de Entidades;
- CEBAS.

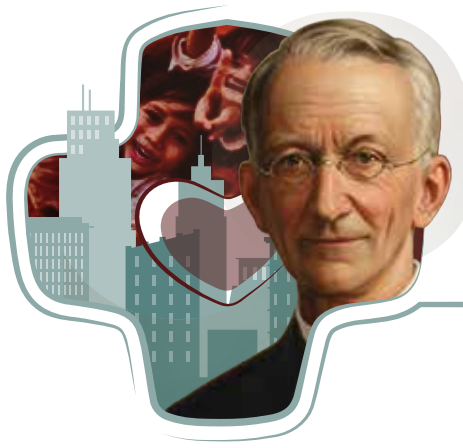
Esses registros ampliam a legitimidade institucional e possibilitam acesso a convênios, editais e benefícios fiscais.

5. LEGISLAÇÃO NOS DIVERSOS NÍVEIS

Federal, estadual e municipal

As mantenedoras educacionais e assistenciais atuam em um ambiente fortemente regulamentado. Conhecer a legislação é fundamental para evitar riscos jurídicos e garantir segurança institucional.

No âmbito federal, destacam-se:



Conferências Sociais 2026

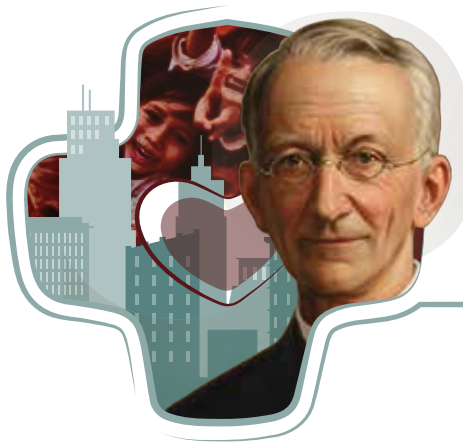
“Construir o Reino do Coração de Cristo nas **almas** e nas **sociedades**.”

Pe. Dehon

- Código Civil;
- legislação tributária;
- legislação trabalhista;
- Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD);
- legislação do terceiro setor;
- normas do SUAS;
- legislação educacional;
- normas relacionadas ao CEBAS.
- No âmbito estadual, surgem questões ligadas a:
 - utilidade pública estadual;
 - isenções tributárias;
 - cadastros estaduais;
 - convênios com governos estaduais.
- Já no âmbito municipal, destacam-se:
 - alvarás;
 - zoneamento urbano;
 - vigilância sanitária;
 - conselhos municipais;
 - inscrição de serviços;
 - políticas públicas locais.

As exigências variam conforme a área de atuação da entidade. Instituições educacionais possuem normas específicas do sistema de ensino. Entidades assistenciais devem atender às regras da política pública de assistência social.

Por isso, a profissionalização da gestão tornou-se indispensável. Hoje, as instituições precisam contar com apoio jurídico, contábil e administrativo permanente.



Conferências Sociais 2026

“Construir o Reino do Coração de Cristo nas **almas** e nas **sociedades**.”

Pe. Dehon

6. CERTIFICAÇÕES E EXIGÊNCIAS BUROCRÁTICAS

As certificações representam reconhecimento institucional e garantem benefícios importantes às entidades sem fins lucrativos.

Entre os principais registros municipais destacam-se:

- Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS/COMAS)

Reconhece a atuação socioassistencial da entidade e possibilita parcerias com o poder público.

- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA)
- Permite atuação legal em projetos voltados à infância e adolescência.
- Declaração de Utilidade Pública
- Reconhece o valor social do trabalho desenvolvido.
- No âmbito estadual, podem existir:
 - Cadastro Estadual de Entidades;
 - Certificado de Regularidade Cadastral;
 - títulos de utilidade pública estadual;
 - isenções tributárias.

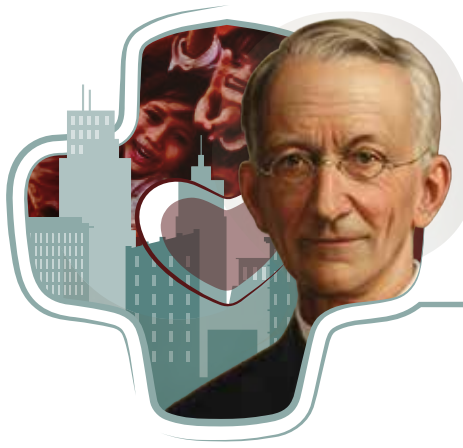
Em nível federal, destaca-se o CEBAS – Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social.

- O CEBAS oferece benefícios importantes:
 - imunidade ou isenção de contribuições sociais;
 - fortalecimento institucional;
 - maior credibilidade;
 - ampliação de parcerias.

Porém, exige alto nível de organização administrativa, controle documental e regularidade institucional.

Uma instituição mal organizada pode enfrentar sérios riscos:

- perda de certificações;



Conferências Sociais 2026

“Construir o Reino do Coração de Cristo nas almas e nas sociedades.”

Pe. Dehon

- devolução de recursos;
- sanções administrativas;
- responsabilização jurídica.

Por isso, certificação deve ser entendida não apenas como benefício fiscal, mas como compromisso permanente com qualidade e transparência.

7. ROTINAS ADMINISTRATIVAS

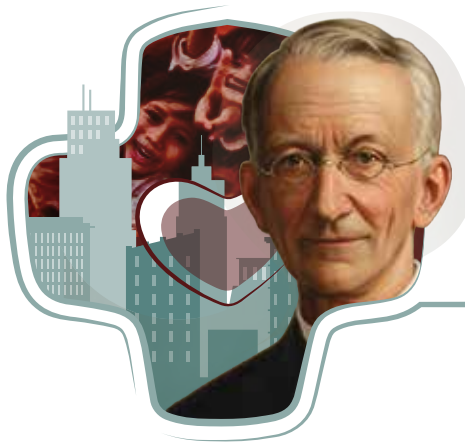
Manual de Procedimentos Operacionais

As obras sociais necessitam de organização cotidiana. O crescimento institucional exige definição clara de fluxos administrativos.

O Manual de Procedimentos Operacionais ajuda a padronizar processos, evitar improvisações e garantir continuidade institucional.

Entre os setores que normalmente exigem rotinas bem definidas estão:

- Recursos Humanos
- contratação;
- folha de pagamento;
- treinamento;
- avaliação;
- segurança do trabalho.
- Financeiro
- orçamento;
- prestação de contas;
- fluxo de caixa;
- compras;
- auditoria.
- Patrimônio
- controle de bens;



Conferências Sociais 2026

“Construir o Reino do Coração de Cristo nas almas e nas sociedades.”

Pe. Dehon

- inventários;
- manutenção preventiva.
- Documentação
- arquivamento;
- contratos;
- atas;
- proteção de dados.
- Compliance e LGPD
- integridade institucional;
- proteção de informações;
- prevenção de riscos.

A profissionalização administrativa não elimina a dimensão humana da missão. Pelo contrário: ela permite que a instituição sirva melhor. Instituições organizadas conseguem:

- ampliar impacto social;
- reduzir riscos;
- melhorar prestação de contas;
- fortalecer credibilidade.

8. FORMAS DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Sustentabilidade institucional

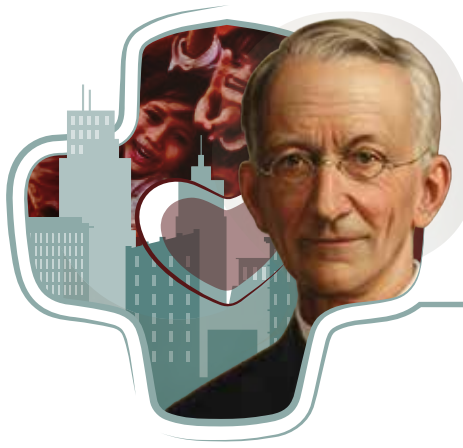
Toda obra social precisa de sustentabilidade econômica para manter sua missão.

A captação de recursos não deve ser vista como simples arrecadação financeira, mas como construção de relações de confiança.

Uma mantenedora organizada possui melhores condições de estabelecer parcerias e ampliar investimentos sociais.

Entre as principais formas de captação destacam-se:

- Convênios públicos



Conferências Sociais 2026

“Construir o Reino do Coração de Cristo nas almas e nas sociedades.”

Pe. Dehon

- Parcerias com municípios, estados e União.
- Editais e fundos sociais
- Participação em chamadas públicas e projetos financiados.
- Doações de pessoas físicas e jurídicas
- Campanhas permanentes de solidariedade.
- Leis de incentivo
- Projetos culturais, esportivos e sociais incentivados.
- Eventos beneficentes
- Ações comunitárias de mobilização.
- Parcerias internacionais
- Instituições religiosas, fundações e organismos de cooperação.
- Emendas parlamentares
- Recursos públicos destinados a projetos sociais.
- Para captar recursos, a instituição precisa demonstrar:
 - credibilidade;
 - impacto social;
 - organização;
 - transparência;
 - boa governança.

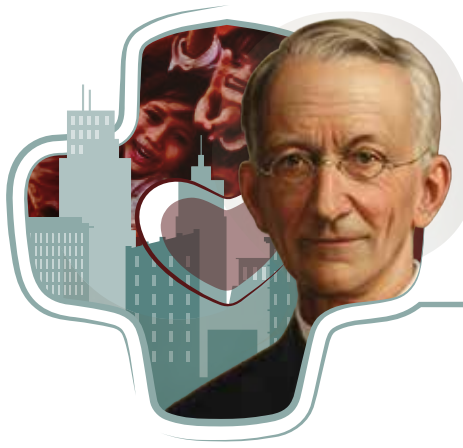
A prestação de contas tornou-se elemento essencial na relação com parceiros e financiadores.

Hoje, a sociedade exige cada vez mais profissionalismo das organizações do terceiro setor.

9. POSSÍVEIS ÁREAS DE ATUAÇÃO PASTORAL E SOCIAL

As mantenedoras podem atuar em diversas frentes de promoção humana e evangelização.

As necessidades sociais variam conforme a realidade de cada território. Por isso, o



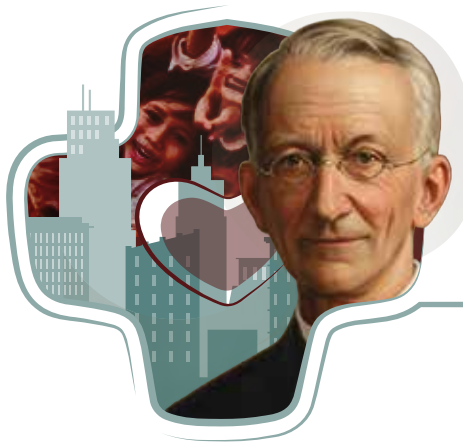
Conferências Sociais 2026

“Construir o Reino do Coração de Cristo nas **almas** e nas **sociedades**.”

Pe. Dehon

planejamento institucional deve nascer da escuta das comunidades. Entre as áreas mais frequentes de atuação destacam-se:

- Educação
- escolas;
- centros educacionais;
- ensino técnico;
- educação superior;
- projetos de reforço escolar.
- Assistência social
- acolhimento institucional;
- projetos comunitários;
- centros de convivência;
- atendimento familiar.
- Juventude
- formação humana;
- prevenção à violência;
- qualificação profissional.
- Saúde e promoção humana
- campanhas preventivas;
- apoio psicossocial;
- atendimento comunitário.
- Dependência química
- acolhimento;
- recuperação;
- reinserção social.
- Pastoral e evangelização
- formação cristã;



Conferências Sociais 2026

“Construir o Reino do Coração de Cristo nas almas e nas sociedades.”

Pe. Dehon

- espiritualidade;
- pastoral digital;
- cultura e comunicação.

Cada obra social é chamada a discernir onde pode gerar maior impacto humano e pastoral.

Mais importante do que multiplicar atividades é garantir qualidade, continuidade e fidelidade à missão.

Conclusão

Estruturar uma mantenedora educacional e assistencial é um desafio que exige discernimento, competência e compromisso evangélico. Não se trata apenas de organizar documentos ou cumprir exigências burocráticas. Trata-se de criar condições para que a missão da Igreja permaneça viva, sólida e transformadora ao longo do tempo.

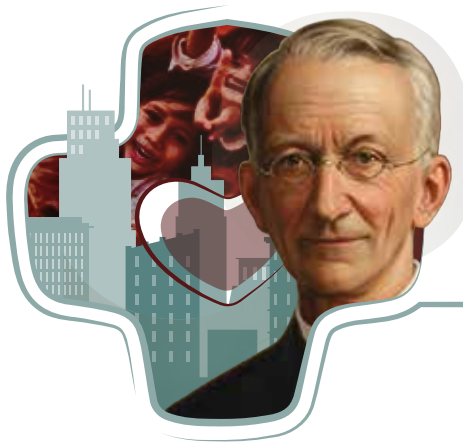
A história demonstra que as grandes obras sociais surgiram da coragem de pessoas que decidiram aproximar-se das dores humanas. Porém, no contexto atual, essa coragem precisa caminhar junto com profissionalismo, transparência e responsabilidade institucional.

O Evangelho continua chamando a Igreja a “ir ao povo”, especialmente aos mais vulneráveis. Essa expressão, tão presente no pensamento do Papa Leão XIII e do Padre Léon Dehon, recorda que a fé cristã não pode permanecer distante das realidades concretas da sociedade.

Uma mantenedora bem estruturada torna-se instrumento de transformação social, promoção humana e evangelização. Ela protege o carisma fundacional, fortalece a credibilidade pública e cria pontes entre espiritualidade e ação concreta.

Mais do que administrar estruturas, somos chamados a cuidar de pessoas, sonhos e esperanças. Por isso, toda organização institucional deve permanecer a serviço da vida.

A caridade precisa de coração, mas também de método. Precisa de espiritualidade, mas também de planejamento. Precisa de fé, mas também de governança.



Conferências Sociais 2026

“Construir o Reino do Coração de Cristo nas almas e nas sociedades.”

Pe. Dehon

Quando missão e gestão caminham juntas, a obra social deixa de ser apenas uma instituição e transforma-se em verdadeiro sinal do Reino de Deus no meio do povo.

Texto-base para estudo, reflexão e aprofundamento

Pe. João Carlos Almeida, scj

Presidente da Associação Dehoniana Brasil Meridional (ADBMM)

Shirley Mariano da Silva

Assistente Social da Sede da Mantenedora

Referências

Associação Dehoniana Brasil Meridional (ADBMM)

<https://adbmmantenedora.org.br/>

Congregação dos Padres do Sagrado Coração de Jesus

<https://www.dehoniani.org/>

Referências Básicas

Compêndio da Doutrina Social da Igreja.

Código Civil Brasileiro.

Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Associação Dehoniana Brasil Meridional (ADBMM).

Congregação dos Padres do Sagrado Coração de Jesus.

Documentos do terceiro setor e legislação correlata.